



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Processo nº: **1005237-27.2015.8.26.0566 -**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio**  
 Requerente: **Condomínio Moradas São Carlos I - Advogado Dr(a) Salvador Spinelli Neto - Representantes Sr(a) LEONARDO CARUBA MOREIRA, RG458796633/CPF: 233.714.938-22**  
 Requerido: **Elias de Vasconcelos - AUSENTE**

Aos 04 de agosto de 2015, às 16:30h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Abertas, com as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o autor(a), conforme acima identificado(a), acompanhado(a) do defensor(a) acima destacado(a). Ausente o(a) ré(u), ou quem pudesse representá-lo(a), embora regularmente citado(a) e intimado(a) para comparecer à esta audiência. Presente o Sr. Marcelo Guedes de Almeida, CPF: 165.797.368-95, apresentando-se como genro do réu, porém, este não possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, pois, em sede do Juizado Especial Cível não se admite representação por força do princípio da pessoalidades. A exigência decorre do artigo 9 da Lei nº 9.099/95. A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: **“VISTOS, ETC. Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9099/95. O(A) postulado(a) é revel. Foi citado(a) com os alertas de praxe. Deixou de comparecer à audiência, onde deveria apresentar. Com a revelia, presumem-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor na inicial, e esses levam ao acolhimento do pedido. Posto isto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para condenar o(a) requerido(a) à pagar ao autor, a importância de R\$ 3.852,37, com correção monetária a partir do ajuizamento da ação, e juros legais desde a citação, bem como em relação às prestações vencidas no curso do processo (art. 290 do Código de Processo Civil). Com o trânsito em julgado terá início do prazo de 15 (quinze) dias para o(a) ré(u) efetuar o pagamento espontâneo da condenação, independentemente de nova intimação, sob pena ser acrescida a multa de 10% sobre o montante devido (art. 475-J do CPC), mas deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE”. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Luciana Cristina Bueno, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.**

Requerente(s):

Adv. Requerente(s):